

Afro empreendedorismo feminino e políticas públicas no Brasil

Renata de Melo Rosa¹

Sônia Beatriz dos Santos²

Resumo:

Este ensaio tem como objetivo discutir os principais entraves para o afroempreendedorismo feminino e a necessidade de políticas públicas voltadas para mulheres negras empreendedoras. Longe de esgotarmos o debate, a ideia é fomentar uma discussão importante a respeito da urgência do recorte de gênero e raça nas políticas de acesso ao crédito, às qualificações para exportações, internacionalização e atração de investimentos, além das operações de exportação propriamente ditas e à promoção de negócios internacionais.

Palavras-chave: afroempreendedorismo, mulheres negras, exportação e negócios internacionais

Abstract: This text aims to discuss the main obstacles for female Afro-entrepreneurship and the need for public policies for black women entrepreneurs. Far from exhausting the debate, the idea is to foster an important discussion about the urgency of gender and race in policies for credit access, qualifications for exports, internationalization and investment attraction, export operations and international business promotion.

Keywords: Afro-entrepreneurship, black women, export and international business

¹ Antropóloga, Ph.D. e Diretora do Instituto Maria Quitéria. E-mail: renata.rosa@iquiteria.org

² Professora Adjunta, Antropóloga, Ph.D. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Faculdade de Educação (EDU). Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Educação (DCSE). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UERJ). Docente Coordenadora EaD da Disciplina Espaços Sociais de Formação Humana/ Pedagogia UERJ-CECERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas PPGECC/FEBF-UERJ. Docente do Programa de Pós-graduação em “Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOs - Programa em associação com UFRJ, FIOCRUZ, UERJ, UFF). E-mail: soniabsantos@yahoo.com

1. Introdução

Historicamente, no Brasil, em função do legado da escravidão e da ausência de políticas públicas destinadas ao combate às desigualdades raciais e de gênero, o papel das mulheres negras no setor produtivo tem sido o de subserviência, silenciamento e invisibilidade. Mesmo com a dupla opressão vivida pelas mulheres negras por homens e mulheres brancas, em distintos espaços de poder – as mulheres brancas, em seus lares, na imposição de uma relação de subserviência das empregadas domésticas negras e os homens brancos nos espaços subalternos das ocupações insalubres e de baixíssima remuneração, as mulheres negras imprimiram nas cidades brasileiras um legado de empreendedorismo no ramo da gastronomia, da estética e da cultura, as quais precisam ser potencializadas como forma de empreendedorismo e apoiadas por políticas públicas recortadas por gênero e raça. Para além do importantíssimo legado cultural das mulheres negras brasileiras, uma série de personalidades também vêm se destacando no ramo da ciência, esportes e artes plásticas, iniciativas as quais merecem atenção especial do poder do Estado na facilitação do acesso ao crédito e à qualificação.

De acordo com a Pesquisa do Instituto Brasileiro da qualidade e produtividade (INQP), SEBRAE e Global Entrepreneurship Monitor, a taxa total de empreendedores no Brasil entre pretos e pardos é maior do que a de brancos. Vejamos:

Categoria	Pretos e Pardos	Brancos
Empreendedores totais	39%	37,8%
Empreendedores iniciais	23,1%	23,6%
Novos Empreendedores	15,7%	16,1%
Empreendedores Nascentes	8,1%	7,9%
Empreendedores estabelecidos ³	16,5%	15,2%

Fonte: GEM Brasil 2019⁴

³ A pesquisa classifica os “Empreendedores Nascentes” como os indivíduos que estão envolvidos na estruturação de um negócio; “Empreendedores Novos” - indivíduos que possuem um negócio com até 3,5 anos; “Empreendedores Estabelecidos” é o grupo composto por indivíduos que possuem um negócio com mais de 3,5 anos. Empreendedores estabelecidos - indivíduos que possuem um negócio com mais de 3,5 anos

⁴ O Relatório Executivo da Pesquisa está disponível em: https://ibqp.org.br/gem/?gclid=CjwKCAjwqvyFBhB7EiwAER786cF_WnGD28dEaaujR_vzvZoXpwxMt8M20T8sbu3jtD7iO5CaG6UPBoCUUUQAvD_BwE

Tendo em vista que a natureza jurídica de cada empreendimento reflete o grau de acumulação de capital investido em cada empreendimento, é importante desconstruir a ideia de empreendedorismo como uma alternativa de sucesso, tendo em vista que 56,7% do total de negócios existentes no Brasil é constituído de microempreendedores individuais (MEIs)⁵. Dentro de todos estes dados, infelizmente não conseguimos visualizar os percentuais por raça/cor. Após a unificação dos cadastros por parte do governo federal, por meio do Portal Gov.br, no qual a informação é buscada do CPF e associada via eletrônica por meio de SMS ou e-mail⁶, o dado raça/cor não compõe o cadastro do Portal Gov.br, razão pela qual não conseguimos medir o universo de afroempreendedores formalizados a partir de 2019.

Mesmo que a unificação da base de dados de pessoas jurídicas no Brasil tenha sido um passo importante para a construção do conhecimento sobre o nosso universo empresarial, tendo em vista que, no período anterior, as bases cadastrais eram municipais, e estaduais e de difícil acesso, a ausência de dados raça/cor e gênero dificultam a construção de políticas públicas que possam alavancar os negócios das mulheres negras no Brasil. Ademais, uma subnotificação importante em torno das/os empreendedoras/es autônomos/as coloca um obstáculo ainda maior para entendermos a dinâmica da comunidade negra brasileira no acesso ao ambiente de negócios competitivos.

⁵ Mapa de Empresas, do Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-1o-quadrimestre-de-2021.pdf>. A pesquisa também aponta que O setor de Serviços é responsável por 46,2% do total de empresas existentes. E o de Comércio, por 34,8%. Logo em seguida, aparecem os de Indústria de Transformação (9,5%); Construção (8,1%) e Agropecuária (0,6%)

⁶ Para mais informações sobre a criação de conta no Portal Gov.br, consultar: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/atendimento-virtual/arquivos-e-imagens/passa-a-passo-para-criacao-de-conta-no-portal-gov-br-para-pf-e-pj-com-certificado-digital-e-atribuicao-de-selo.pdf

2. Trabalho informal e mulheres negras no Estado do Rio de Janeiro

O trabalho de Velloso (1990) constrói uma interpretação bastante interessante a respeito do lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro. São as chamadas “Tias Baianas”. O lugar da Bahia no imaginário carioca ocupa o lugar de referência da negritude brasileira. Portanto, quando a autora fala em “tia baiana”, ela quer se referir a uma mulher negra, empreendedora forçada, que depende do seu corpo e de sua habilidade de interação no espaço público para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Nesse sentido, a presença da mulher negra no espaço público da cidade do Rio de Janeiro e de Salvador desconstrói aquela dicotomia de orientação burguesa de que a casa e o domínio privado estavam destinados às mulheres e o espaço público – “a rua”, nos termos de Roberto DaMatta (1997), aos homens. A invisibilização das mulheres negras e a negação de sua cidadania é tão forte, bem como o processo coletivo de des-humanização e des-sexualização que a sua presença no espaço público da cidade do Rio de Janeiro sequer é notada nos principais estudos antropológicos produzidos no Brasil⁷.

Colocar as mulheres negras no foco de uma interpretação séria sobre o Brasil torna-se, pois, um problema teórico-conceitual e de políticas públicas, o que, certamente nos faz questionar o que nós não construímos ao longo dos séculos em termos de inclusão da mulheres negras no processo de cidadania brasileira. Nesse sentido, ainda que invisibilizadas pelas ciências sociais clássicas, a ocupação da rua para a venda de comida foi uma continuidade do que já se praticava à época da escravidão:

Cidade administrativa e política, de base escravista, o Rio sofre influência marcante da cultura africana. Em meados do século XIX, a população escrava chega a representar mais da metade da população da corte, enquanto na cidade de São Paulo o contingente de escravos não chegava a atingir 9% da população. O fato vai imprimir contornos específicos à história carioca, sendo a cidade definida por uma verdadeira dualidade de mundos⁸.

⁷ Referimo-nos à obra de Roberto DaMatta *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. “As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol. 3, n. 6, 1990, p.207-228, p. 1.

A territorialidade cultural do Rio de Janeiro e o domínio da rua é predominantemente negra, em função da maneira pela qual a escravidão negra se desenvolveu no ambiente urbano. Isto criou e cria conflitos de todas as ordens com o poder público municipal. Desde a chegada forçada das/os africanas/as à cidade do Rio, um número incalculável de recursos públicos foi gasto para banir a presença negra do espaço público de uma cidade que almeja espelhar-se nas cidades mais brancas da Europa, como Viena, por exemplo.

A luta pelo direito de existir tem marcado a nossa trajetória de mulheres negras. Nosso acesso à cidadania é incompleto e totalmente disruptivo. Os resultados de nossa pesquisa sobre afro-empendedorismo negro no Rio de Janeiro não conseguem avançar por falta de dados, os quais poderiam ser facilmente coletados pelas bases dos poderes municipais, estaduais e federais. Nada disso foi feito até agora. Mesmo assim, um olhar decolonizado consegue enxergar de forma bastante objetiva a desigualdade racial e de gênero na nossa cidade. Construir políticas públicas para a nossa população é mais do que uma obrigação do Estado. Afinal de contas, se a militarização da agricultura e das relações de trabalho foram o elo entre os ambientes pós-coloniais e agiram como uma espécie de prisão domiciliar para a população negra no mundo rural fluminense, as operações capitalistas sempre foram realizadas pelas elites urbanas, movimento em que a comunidade negra sequer pode participar nem como observadora, conforme aponta Florestan Fernandes⁹.

A ruptura das mulheres negras com o Estado é uma questão de existência e não de condições de vida. A luta é contra o desaparecimento, para salvar a memória de suas vitórias diárias sobre o infortúnio e a infelicidade. Como toda a população cativa, definimos o nosso bem-estar na gestão de nossa vida privada e, em segundo lugar, em seu desempenho no local de trabalho. Fica claro para mulheres negras das comunidades do Rio de Janeiro que o Estado não pode resolver suas demandas, uma vez que nem as compreende. Nesse sentido, as mulheres negras dentro de suas comunidades e sua soberania popular crescem como uma categoria importante de análise e um instrumento de luta política.

⁹ Ver FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, Volumes I e II.

Recorrendo às reflexões de Jean Casimir (2016), para superar o isolamento e a fragilidade, as iniciativas de soberania popular e comunitária criaram grupos de solidariedade, comunidades e depois uma nação. A soberania estatal pode ser um direito a ser respeitado, mas, para as mulheres negras, este conceito só serviu para justificar um estado de sítio permanente e a condenação à pobreza.

Romper um contrato social falido não exige muito esforço. Exige apenas um esforço político de criação de um contrato social politicamente amadurecido que não coloque a raça como definidor de direitos e reorganize a gestão do Estado de modo a construir um mundo no qual a desigualdade possa ser corrigida por meio de políticas avançadas de equidade e respeito a todos os nacionais e estrangeiros que co-habitam a nação.

3. Raça e concentração de poder

De acordo com Bogan e Darity Jr. (2019), o empreendedorismo tem sido um meio para o avanço econômico de diversos grupos étnicos nos Estados Unidos, constituindo uma alternativa ao desemprego e uma saída da pobreza. No entanto, a sub-representação de diferentes grupos raciais na propriedade das empresas indica menos poder político aos grupos minoritários e menos oportunidade de participação da marcha do desenvolvimento global e tecnológico dos Estados Unidos. Dessa forma, como aponta Boxill (2003), é necessário repensar a questão do empreendedorismo negro, tendo em vista que, no Caribe, por exemplo, ele tende a se concentrar em áreas tradicionais de empreendedorismo. Portanto, o autor sugere a necessidade de compreender os pontos fortes e fracos do afro empreendedorismo de modo a explicar as razões pelas quais os empresários negros não se expandiram, em maior número, para além de seus espaços culturais tradicionais.

Nos Estados Unidos, Bogan e Darity Jr. (2019, pp. 2003-2004) discutem que muitas das dificuldades dos empreendimentos negros esbaram na falta de políticas públicas, como acesso ao crédito, dificuldade de aquisição de propriedade, agravada tanto pela Lei de Segregação Racial americana que não protegeu as propriedades negras da espoliação no período como das políticas de divisão das terras norte-americanas para imigrantes alemães e escandinavos permitindo a mobilidade social de imigrantes europeus. A experiência brasileira de ausência de políticas de acesso à terra e ao crédito à comunidade negra é

bastante semelhante com a experiência norte americana, causando forte estagnação econômica da população negra nos últimos cem anos.

No entanto, mesmo em locais em que o acesso ao crédito e a reforma agrária fizeram parte do processo histórico da nação, como no Haiti e na Jamaica, os empreendimentos negros tendem a se conformar em aspectos de comercialização da cultura negra e encontram dificuldade em alcançar patamares mais avançados do desenvolvimento tecnológico.

De acordo com estudos mais recentes produzidos pelo World Inequality Database (WID.world)¹⁰, o Brasil se enquadra, ao lado da Índia, África do Sul, México, Chile, dentre outros, como o TOP10 da desigualdade de renda no mundo e um dos países que nunca conseguiu combater a desigualdade ao longo de sua história. Considerando a chegada de cerca de 10 milhões de africanos escravizados¹¹ para edificar o capitalismo brasileiro, e as condições precárias pelas quais a comunidade negra permaneceu no Brasil, é urgente a necessidade de construção de diversas políticas públicas que permitam à comunidade negra o acesso à moradia digna, escolaridade de qualidade e programas de bem-estar social de modo que esteja em condições de disputar, de modo competitivo, as ocupações de qualidade com os demais grupos raciais no Brasil.

A racialização das relações de trabalho (CASIMIR, 2016) é a marca mais visível do legado da escravidão negra em todo o continente americano. De um modo geral, as sociedades pós-coloniais que se forjaram a partir da ideia de hierarquia racial não encontraram elementos políticos e sociais para construir uma visão de mundo que escapasse dos determinismos raciais e abrisse horizontes para a igualdade racial.

É inegável que os efeitos do racismo e do colonialismo trouxeram feridas irreparáveis para as nossas sociedades. Mesmo após séculos de independência colonial, as sociedades cuja raça joga um papel central na organização

¹⁰ Dados disponíveis em: https://wid.world/world/#sptinc_p90p100_z/US:FR;DE;CN;ZA;GB;WO:BR/last/eu/k/p/yearly/s/false/24.339999999999996/80/curve/false/country. Último acesso em 04/01/2021

¹¹ De acordo com a Slave Voyages Database. Dados disponíveis em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#statistics>. Último acesso em 04/01/2021

econômica e na orientação de políticas repressivas reproduzem extrema violência social e profunda desigualdade racial.

A escravidão como *modus operandi* dos regimes econômicos forjou a racialização das relações de trabalho. Infelizmente, a maioria dos Estados ainda não se esforçou suficientemente por combatê-la. Portanto, como afirma Frantz Fanon,

“Esse mundo compartimentado, esse mundo cortado em dois é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença nos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas. Quando se percebe sua imediatez o contexto colonial, é patente que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infra-estrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico” (FANON, 2005, p. 56)

No Brasil, como aponta Florestan Fernandes, o capitalismo que se edificou em áreas urbanas quase que exclusivamente no eixo Rio-São Paulo manteve a comunidade negra alijada de todo o processo tecnológico, o que deixou como legado não apenas uma taxa elevada de desemprego, como de sub-ocupação ou ocupações com baixa qualificação e remuneração, alargando ainda mais as desigualdades raciais. Quando associamos gênero à raça, as mulheres negras persistem nos empregos menos qualificados, ocupando cerca de 63% do trabalho doméstico¹² em 2018.

Conclusão

Pessoas negras há muito têm investido em atividades empreendedoras como a única possibilidade de sobrevivência para si e seus familiares, ou mesmo como a oportunidade possível para construir seu próprio negócio e evitar a exploração e as baixas remunerações destinadas a este segmento étnico racial. Desde o final dos anos 90 e início dos anos 2000 tem surgido no Brasil iniciativas de apoio ao afroempreendedorismo alavancadas por Organizações Não-Governamentais, em particular de mulheres negras, e nos

¹² PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua”. Texto para Discussão 2528. IPEA: Brasília, novembro de 2019, página 12. Disponível em> https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf

últimos anos, nota-se a emergência de programas como o Enfrentar – Afroempreendedorismo, uma plataforma digital, organizada pelo SEBRAE e seus parceiros cuja proposta é “apresentar soluções de gestão direcionadas especificamente para o mercado afroempreendedor”; o Facebook e organizações do ecossistema de afroempreendedorismo do país como Pretahub, Feria Preta, Diáspora.Black e Afrobusiness lançaram a terceira edição do Afrohub, um programa de aceleração com conteúdos (no formato de plataforma gratuita) voltados para a digitalização e o desenvolvimento de negócios que capacitou mais de 4 mil afroempreendedores no país” . (Geledés, 2021).

Adicionalmente, é importante ressaltar e observar o papel das lideranças femininas negras neste processo e as reais necessidades que as têm levado a criar iniciativas para manter as mulheres negras neste ramo de atividades empreendedoras. Como destaca Adriana Barbosa, criadora da Feira Preta “é o empreendedorismo que faz a população negra emergir 132 anos após a abolição da escravidão no Brasil” (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2020). A Feira Preta se constitui em uma “iniciativa organizada há 18 anos como uma alternativa para Adriana e uma amiga ‘se virarem’ e hoje reúne empreendedores e consumidores negros em um ambiente de produção cultural, artística e circulação de ideias” (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2020).

A ideia, e mais do que isto, a ação de promover negócios criados por empreendedores negros de forma gratuita, se constitui em um investimento primordial e um instrumento de reparação de injustiças sociais assentadas no racismo estrutural vigente neste país desde sua fundação ao longo de mais de 500 anos. No entanto, ainda há muitos aspectos em termos da igualdade de oportunidades no mercado do empreendedorismo, não só do ponto de vista racial, mas também sob a perspectiva da identidade de gênero como também da identidade sexual daquelas pessoas que buscam viver profissionalmente neste campo da produção econômica. Assim, neste contexto, vale perguntar como tem se dado a inserção de mulheres negras cisgênero e transgênero, e de grupos LGBTQI+, e ainda assegurar mecanismos que garantam a equidade no acesso às oportunidades existentes no que se refere a iniciativas públicas e privadas. Outro aspecto diz respeito ao fato da necessidade do Estado garantir acesso com equidade às linhas de crédito. Entendemos que uma linha de crédito de

Bancos estratégicos para a promoção de exportação recortada por gênero e raça e um Programa de Qualificação também com estes recortes garantirão, a médio prazo, o incremento da produção da comunidade negra e o espelhamento desta diversidade na mudança da pauta exportadora nacional.

Referências Bibliográficas:

BOXILL, Ian. “Unearththinking Black Entrepreneurship in the Caribbean: exploring the culture and MSE Sectors”. *Equal Opportunities International*, vol. 22 No. 1, pp. 32-45, 2003.

BOGAN, Vicki; DARITY JR., William. Culture and entrepreneurship? African American and immigrant self-employment in the United States. *The Journal of Socio-Economics*, 37 (2008), pp. 1999–2019.

CASIMIR, Jean. Le pouvoir d’agir des damnés de la terre. 41^e Conférence de l’Association des Études de la Caraïbe. Port-au-Prince, junho de 2016. Disponível em: <https://jeancasimir.academia.edu/research#papers>

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. São Paulo, *Revista Estudos Avançados*, vol.17, no.49 - Sept./Dec. 2003.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora; Ed. UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978, Volumes I e II.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A. SILVA, Nelson. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, Ed. IUPERJ, 1992,

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa. Livraria, 1999.

LIMA, Márcia. “Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras”. *Revista Estudos Feministas*, No. 2, 1995 pp. 489-495.

LIMA, Márcia; Abdal, A. “Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal”. *Sociologias (UFRGS)*, v. 1, p. 216-238, 2007.

LIMA, Márcia. “Raça, gênero e mercado de trabalho no Brasil”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, 1993.

PANORAMA DE COMÉRCIO EXTERIOR FLUMINENSE. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2020). Disponível em: <http://www.rioinvest.rj.gov.br/docs/comercio-externior/Caderno%201%C2%B0%20Trimestre%202020.pdf>

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. *Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Texto para Discussão 2528. IPEA: Brasília, novembro de 2019. Disponível em >
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf

PRATES, I. ; LIMA, MÁRCIA. “Vulnerabilidade social e mobilidade ocupacional na base da pirâmide: o emprego doméstico feminino no Brasil”. In: Miguel Ângelo Montagner; Maria Inez Montagner. (Org.). *Vulnerabilidades Contemporâneas*. Brasília: Editora JRG, 2019, p. 63-80.

PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

SEBRAE. *Empreendedores de Baixa Renda no Rio de Janeiro: Capacidades e Desenvolvimento (Estudo Estratégico)*.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 3, n. 6, 1990.

Sites:

SlaveVoyages.org

World Inequality Database (WID.world)

Portal RioInvest - <http://www.rioinvest.rj.gov.br/comercio-exterior.php>

Geledés. Afroempreendedorismo. Portal Geledés. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/tag/afroempreendedorismo/> . Acesso em:
08/05/2021.

Revista Claudia. Afroempreendedorismo é realidade para quase 5 milhões de brasileiras. Disponível em:
<https://claudia.abril.com.br/carreira/afroempreendedorismo-e-realidade-para-quase-5-milhoes-de-brasileiras/> . Acesso em: 08/05/2021.

Revistapegn.globo.com. Adriana Barbosa: "É o empreendedorismo que faz o negro emergir 132 anos após a abolição da escravidão". Disponível em:
<https://revistapegn.globo.com/Mulheres-empendedoras/noticia/2020/02/adriana-barbosa-e-o-empreendedorismo-que-faz-o-negro-emergir-132-anos-apos-abolicao-da-escravidao.html> . Acesso em:
08/05/2021.